

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v19i34.990>

“EU NÃO QUERO ESTRADAS EM MINHAS TERRAS!” os indígenas entre os projetos de navegação e desenvolvimento do Jequitinhonha e Mucuri na segunda metade do século XIX^{1,2}

“I WANT NO ROADS IN MY LANDS!” indigenous people in the midst of the Jequitinhonha and Mucuri navigation and development projects during the second half of the XIX century

“¿NO QUIERO CARRETERAS EN MI TIERRA!” pueblos indígenas entre los proyectos de navegación y desarrollo de Jequitinhonha y Mucuri en la segunda mitad del siglo XIX

RENATA FERREIRA DE OLIVEIRA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5712-8713>

Doutoranda em História PPGH - UFBA

Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Salinas/Minas Gerais/Brasil

renataconquista@gmail.com

Resumo: Este texto vai tratar das relações entre os indígenas e os principais empreendimentos comerciais do norte de Minas Gerais e o sul da Bahia focando na disputa entre os rios Mucuri e Jequitinhonha, na segunda metade do século XIX. O território analisado foi palco de rivalidades de dois grandes projetos estatais/particulares, o encabeçado pela Bahia: navegação do Jequitinhonha e o coordenado pelos Ottoni: navegação do Mucuri. Conceder a ocupação desse território a particulares constituiu-se enquanto uma manobra do governo imperial para sua consolidação nas fronteiras. As empresas fomentadas com dinheiro público deveriam desbravar as matas, “pacificar” os índios e tornar as terras produto de mercado. No bojo dessa conjuntura, os diversos grupos indígenas enfrentavam os percalços dos aldeamentos, assim como dos empreendimentos erguidos em suas aldeias.

Palavras-chave: Indígenas. Jequitinhonha. Mucuri.

Abstract: This text will deal with the relations between indigenous people and the main commercial enterprises in the north of Minas Gerais and the south of Bahia, focusing on the dispute between the Mucuri and Jequitinhonha rivers during the second half of the 19th century. The territory analyzed was the scene of rivalries between two large state/private projects, one headed by Bahia (navigation of the Jequitinhonha) and one coordinated by the Ottoni (navigation of the Mucuri). Granting the occupation of this territory to individuals was constituted as a maneuver by the imperial government, for its consolidation on the borders. Companies funded with public money should clear the forests, “pacify” the Indians and turn the lands into marketable products. In the midst of this conjuncture, the various indigenous groups were faced against the mishaps of the villages, as well as the enterprises built in their villages.

Keywords: Indigenous people. Jequitinhonha. Mucuri.

Resumen: Este texto abordará las relaciones entre los indígenas y las principales empresas al Norte de Minas Gerais y al Sur de Bahía, destacando los conflictos entre los ríos Mucuri y Jequitinhonha a la

¹ Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2022 e aprovado para publicação em junho de 2022.

² Este texto faz parte de uma discussão mais ampla do capítulo “Pólvora e bala” ou “a generosidade e moderação?” Os empreendimentos comerciais no Jequitinhonha indígena, da tese ainda em desenvolvimento: O vasto teatro civilizatório: os indígenas e o Regulamento das Missões de 1845 no Jequitinhonha.

mitad del siglo XIX. El territorio analizado fue escenario de rivalidades entre dos grandes proyectos estatales/privados, el encabezado por Bahia: la navegación del Jequitinhonha y el coordinado por los Ottoni: la navegación del Mucuri. Otorgar ese territorio a terceros, se constituyó como una maniobra del gobierno imperial para su consolidación en las fronteras. Las empresas financiadas con dinero público deberían talar los bosques, “pacificar” a los indígenas y convertir la tierra en un producto de mercado. En medio de esta coyuntura, los diversos grupos indígenas enfrentaron diversas dificultades en el proceso de poblar esos espacios, así como los emprendimientos construidos en sus pueblos.

Palabras clave: Pueblos indígenas. Jequitinhonha. Mucuri.

Introdução

O projeto de civilização e catequese indígena configurou-se como parte decisiva da política de consolidação do Estado brasileiro. Fortalecer o poder central dependia da facilidade em fazer circular entre as províncias um comércio firme, pessoas, informações e ideários políticos. Para a solidificação desse sistema, era preciso desbravar as matas, “pacificar” os indígenas e valorizar, em termos de mercado, as terras.

Conceder a ocupação do território considerado vazio a empresas particulares que atuavam nos empreendimentos de melhorias locais foi uma possibilidade encontrada pelo Estado para se cimentar nas fronteiras na segunda parte do século XIX, em especial a partir de 1840. Para isso, o governo central dependia das ações das elites regionais dispostas a adentrar nas matas, a erguer empreendimentos econômicos, a atrair os indígenas bravios e torná-los sedentários, aptos a trabalharem nas indústrias e nos comércios locais³.

Geralmente, essas ações recebiam apoio e recursos do Estado, como no caso tanto da Companhia do Vale do Mucuri de propriedade dos Ottoni quanto do projeto de desenvolvimento do Jequitinhonha encabeçado pelo governo baiano, a cargo do major de engenheiros Inocêncio Velloso Pederneiras. Depreende dessa relação um pacto mútuo, pois o Estado dependia de particulares para a sua organização nesses territórios, e estes, por sua vez, necessitavam da verba pública. Tratava-se de uma relação complexa, e ambos se beneficiavam. Ou seja, a consolidação do Estado Nacional nas fronteiras precisava das empresas particulares que abriam caminhos nas florestas, fundavam aldeamentos e colônias, patrocinavam a navegação e o comércio local. Em contrapartida, organizavam a coleta dos impostos, o recrutamento de soldados, faziam valer os monopólios e sujeitavam as populações à vigilância e ao trabalho.

³ Utilizarei o termo bravo para designar os indígenas que embora contactados, não estavam na condição de aldeados.

Trago essa perspectiva para chamar atenção para o fato de que as políticas públicas nesse contexto passavam a atender às regiões distantes da capital do império. Nesse sentido, o projeto civilizador passou a ser mais difundido, uma vez que as fronteiras recebiam e absorviam programas vindos da corte, ainda que as elites locais usufríssem e adequassem tais empreendimentos de acordo com as demandas pessoais, em muitos casos negligenciando ou refutando as ordens da coroa. Em outros termos, a civilização pretendida pelo governo precisava do apoio das elites regionais. Não era por acaso que os particulares se dedicavam a financiar a construção de estradas, igrejas, pontes, entre outros, com o intuito de promover um projeto civilizador e se lançarem na política local ou se transformarem em potentados⁴. Logo, desbravar, mapear e ocupar os territórios fronteiriços com pessoas “civilizadas” e “industriosas” era prioridade para a consolidação de um Estado desenvolvido e afinado com as ideias de modernidade. Desse modo, controlar, vigiar e usufruir da mão de obra dos moradores locais constituíam as finalidades dos empreendimentos, como no caso dos aldeamentos e das colônias militares, que, além de serem pontos estratégicos de atração de imigrantes, funcionavam como zonas para a exploração dos recursos naturais e desenvolvimento comercial⁵.

Os rios como caminhos para a espoliação das terras indígenas

Fazia parte da agenda do governo imperial colocar o país nos trilhos da modernidade. Para tanto, aproximar as províncias, seja por meio das relações comerciais, políticas ou culturais era imprescindível para integrar e unificar o território. O aproveitamento das bacias fluviais com potencial de navegação tornou-se indispensável para a realização desse projeto. Nesse sentido, a integração dos sertões do norte de Minas Gerais com o litoral do sul baiano converteu-se em pauta das duas províncias que viam a possibilidade de se aproximarem, por meio da navegação, de dois importantes rios: o Jequitinhonha e o Mucuri.

A navegação documentada acerca do Jequitinhonha data de, ao menos, o final do século XVIII, realizada por indígenas e não indígenas. Porém, somente no século XIX, essa atividade ganhou corpo a partir do momento em que as províncias envolvidas se certificaram de que o rio desaguava no mar da Bahia. Quando isso aconteceu, o Jequitinhonha passou a ser

⁴ O conceito de processo civilizador aqui utilizado é o dado por Norbert Elias (1994, p. 54) em *O processo civilizador: uma história dos costumes*, trad. Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994; traduzido de *Über den Prozess der Zivilisation* vol.1, publicado originalmente em 1939 na Basileia, Suíça.

⁵ Para aprofundar essa questão da consolidação do Estado e recrutamento ver: Mendes (2010) e também Oliveira (2011).

visto como a grande possibilidade de Minas Gerais chegar ao mar. No entanto, o rio Mucuri também disputou essa prioridade, sobretudo a partir da fundação da Companhia de Comércio e Navegação que atuava nessa área e era comandada pela família Ottoni.

Os políticos e as pessoas importantes residentes no vale do Mucuri diziam que a sua navegação beneficiaria imensamente a cidade de Minas Novas, tornando o território atrativo a colonos estrangeiros e protegido “[...] contra as agressões dos selvagens”⁶. Veja que aqui se tratava da imbricada relação Estado/particulares porque, para a realização dessa proposta, os Ottoni se beneficiariam da posição do Coronel Honório Esteves, que, para atender ao Decreto nº 426 de 1845⁷, ocupava o cargo público de diretor dos indígenas do Jequitinhonha, a quem a força da Companhia de Pedestres desse mesmo rio estava subordinada⁸.

A elite que defendia a navegação do Mucuri se embasava no relatório produzido pelo engenheiro Pedro Victor Renault, que, em busca de um local para instalar uma colônia “de degredados e vagabundos,” percorreu os rios Mucuri e Todos os Santos, passando rapidamente pelo Jequitinhonha⁹. É interessante o relatório de Renault pelo fato de também não ter escapado da visão de pobreza e de desolação das cidades fronteiriças, como narraram os viajantes no início do século. Em partes, essa condição estava associada à maciça presença dos “botocudos Jyporocas”. Uma vez que “[...] a sua presença e atrocidade horrorizam de tal maneira a alguns empreendedores [...] que nenhum, deles, apesar da grande penúria de dinheiro que assola essa comarca, se atreve a ir sacrificar a sua existência”. Ao longo do documento, Renault ratificou essa informação ao dizer que as primeiras expedições ao Mucuri não lograram êxito porque os Botocudos eram assassinos¹⁰.

Para combater o estado de pobreza de Minas Novas, dizia Renault que a saída seria transformar em realidade o sonho dos Ottoni: abrir um caminho para o mar da Bahia

⁶ OFÍCIO ao Presidente da Província de Minas Gerais encaminhado por Francisco Inocêncio de Miranda Ribeiro. Secretaria da Província, PP1/45, cx. 01, fl 01, 24 de junho de 1844. Minas Novas.

⁷ BRASIL. *Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126> Acesso em: 5 maio 2020.

⁸ OFÍCIO ao Presidente da Província de Minas Gerais encaminhado por Francisco Inocêncio de Miranda Ribeiro. Secretaria da Província, PP1/45, cx. 01, fl 02, 24 de junho de 1844. Minas Nova

⁹ RENAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. governo de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, n. 2, p. 356-375, 1867. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/reinault_1846_relatorio Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁰ RENAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. governo de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, n. 2, p. 356-375, 1867. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/reinault_1846_relatorio Acesso em: 20 maio 2020.

pelo Mucuri¹¹. O documento produzido a partir dessa viagem foi importante para os interessados em navegar, ocupar e empreender pelo Mucuri, porque trazia a concepção de um rio largo, majestoso, sem muitos riscos à navegação, com uma barra “[...] das melhores que se apontam na costa do Brasil e água doce para as embarcações”¹².

O texto produzido por Renault corrobora com a discussão acerca da presença indígena como obstáculo ao desenvolvimento do Mucuri, cuja solução seria a política de catequese. O engenheiro, ainda, deixou claro que esse rio era a melhor escolha para Minas chegar ao mar. O grande rival desse projeto seria o rio Jequitinhonha, taxado por Renault como um lugar em desvantagem, recheado de flagelos, febres e índios bravios. Entretanto, a disputa pelo melhor caminho para o mar foi acirrada. A Bahia estava muito interessada em desenvolver a região do Jequitinhonha. Para isso, contratou o major de engenheiros Inocêncio Velloso Pederneiras que, entre inúmeras funções, deveria policiar o rio, aldear e aproveitar a mão de obra indígena. Inocêncio Velloso Pederneiras, major de engenheiros, foi nomeado pela presidência da província da Bahia, no dia 1º de março de 1851 para examinar a colônia do Mucuri e no retorno dessa empreitada, visitar o Salto¹³, no Jequitinhonha¹⁴. Retornando do Mucuri, até as proximidades de São Miguel¹⁵, Pederneiras surpreendeu-se com a riqueza da mata local que “[...] abundam de excelentes madeiras como o jacarandá, vinhático, putumunju, peroba e pau brasil”¹⁶.

Nessa mesma viagem, o major contactou uma importante aldeia de Botocudos, no lugar denominado de Rubim¹⁷, “[...] que cultivam com abundância milho, arroz e feijão, porém quase nus e privados do influxo da civilização se queixam do abandono em que os deixam. A mocidade dessa família ou tribo dizem ser robusta e apta para os trabalhos de

¹¹ RENAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. governo de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, n. 2, p. 358, 1867. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/reinault_1846_relatorio Acesso em: 20 maio 2020.

¹² RENAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. governo de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, n. 2, p. 374, 1867. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/reinault_1846_relatorio Acesso em: 20 maio 2020.

¹³ Atual cidade de Salto da Divisa no Norte de Minas Gerais.

¹⁴ FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província Francisco de Sousa Soares D'Andrea. Bahia, Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, Beco do Tira Chapéu, 1846. p. 13.

¹⁵ Atual cidade de Jequitinhonha no Norte de Minas Gerais.

¹⁶ FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852 e 1853. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa n. 10, 1852. Viagem às comarcas do Sul. Catequese e Civilização Indígena. p. 51.

¹⁷ Atual cidade de Rubim no Norte de Minas Gerais.

qualquer empresa¹⁸. Pautada na ideia de que o Jequitinhonha seria a possível via comercial de interligação entre as duas províncias, assim como um canal de desenvolvimento local, a Bahia retomou o projeto de estruturação da navegação¹⁹. O intuito também seria transformar as matas em um lugar habitável para imigrantes. Por essa razão, aldear e converter os indígenas bravios em trabalhadores tornou-se indispensável, sobretudo para a liberação de suas terras onde se poderia criar “[...] uma colônia de estrangeiros ou mesmo de nacionais de famílias para cultivarem as 32 léguas de Salto a São Miguel, boas de cultura por suas matas e muito abastecidas de água”²⁰

Para isso, precisariam criar duas vias de comunicação: uma por terra e outra por água. Pela via fluvial, as províncias necessitavam “[...] dar providencia correspondente à polícia no rio onde se acham empregados canoeiros, gente que na verdade é preciso policiar e não são poucos”. Assim, a via fluvial ofereceu mais problemas aos agentes colonizadores, uma vez que os canoeiros foram vistos como uma classe subalterna pronta a se rebelar contra o Estado²¹. A presença dessa denominada classe subalterna de canoeiros, composta por indígenas bravios ou aldeados, escravizados fugidos, brancos pobres e negros livres, aliado a questões naturais do território, colocavam em perigo o projeto de desenvolvimento interprovincial pelo Jequitinhonha.

Na tentativa de vencer os empecilhos naturais do rio, bem como a presença dos trabalhadores “perigosos”, os moradores locais e as câmaras municipais sugeriam à província de Minas Gerais que financiasse a navegação, elevando o número de praças nos quartéis ao longo do rio, organizando um regulamento para os canoeiros a ser executado pelos subdelegados. Minas deveria aproveitar a presença do engenheiro Pederneiras, que, a serviço da Bahia, examinava a situação do Jequitinhonha e utilizava os seus serviços na gerência da parte alta do rio²².

O major Pederneiras era encarregado pelo governo baiano de organizar as aldeias localizadas na região onde ele atuava, sobretudo nos rios Pardo e Jequitinhonha, “[...] cujas

¹⁸ Botocudo é a denominação que a documentação se refere a uma multiplicidade de grupos indígenas que habitavam os vales do Jequitinhonha e Mucuri. ” FALA *que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852*. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, casa n. 10, 1852. p. 51.

¹⁹ NAVEGAÇÃO *do Rio Jequitinhonha*. Secretaria da Província, PP 1/45, doc. 02 e 03, cx. 01, fl. 01, 24 de junho de 1844. Demonstração. Arquivo Público de Minas Gerais.

²⁰ NAVEGAÇÃO *do Rio Jequitinhonha*. Secretaria da Província, PP 1/45, doc. 02 e 03, cx. 01, fl. 01, 24 de junho de 1844. Demonstração. Arquivo Público de Minas Gerais.

²¹ NAVEGAÇÃO *do Rio Jequitinhonha*. Secretaria da Província, PP 1/45, doc. 02 e 03, cx. 01, fl. 01, 24 de junho de 1844. Demonstração. Arquivo Público de Minas Gerais.

²² NAVEGAÇÃO *do Rio Jequitinhonha*. Secretaria da Província, PP 1/45, doc. 02 e 03, cx. 01, fl. 01, 24 de junho de 1844. Demonstração. Arquivo Público de Minas Gerais.

margens são infestadas de selvagens, que se deve catequizar, para tornar menos difícil a navegação destes rios, que pode comunicar esta Província com a de Minas”²³. No exercício de seu cargo, o engenheiro passou a delimitar inclusive os locais nos quais os assentamentos indígenas seriam erguidos ou movidos²⁴. O trabalho de Pederneiras foi mencionado nos relatórios do Ministro Martins, como sendo prioritário para viabilizar a comunicação entre o sertão mineiro e o litoral baiano. Os seus argumentos aludiam à criação de aldeamentos como etapa imprescindível para promover a ocupação da região (PARAÍSO, 2014, p. 447).

Corroborando com essa visão, a Diretoria Geral dos Índios da Bahia recomendava à vice-presidência da província que concedesse a verba destinada à catequese do ano de 1854 ao major que se encontrava “[...] encarregado de preparar os cômodos necessários para estabelecimento de Aldeias de indígenas nas margens do Jequitinhonha e do Rio Pardo”²⁵. O projeto de catequese estava diretamente vinculado à fundação de novos aldeamentos, que funcionariam como aporte para o acesso à mão de obra, mas também, garantiriam a segurança da rota comercial feita pelo Jequitinhonha, visto que se tratava de uma região cujas fronteiras eram fluídas. Ainda, a grande quantidade de indígenas bravios habitantes do Jequitinhonha, também foi motivo para que os governos das províncias, por meio do desenvolvimento comercial local, bem como da navegação, estreitassem relações de contato, para obter maior controle sobre a mobilidade dos grupos, sua força de trabalho e suas terras.

Minas, por sua vez, também apoiava o projeto de navegação e expansão comercial do Jequitinhonha, ao menos em teoria. A principal motivação era o acesso à praça comercial da Bahia feita pela linha Caravelas/Salvador. A província mineira falava em policiar constantemente o rio por meio de uma polícia regular que “[...] proteja os navegantes contra os desregramentos dos canoeiros, malfeitores que ali se acoitar”²⁶. Ou seja, o projeto para o Jequitinhonha envolvia a liberação das terras indígenas para o estabelecimento de colônias

²³ DIRETORIA Geral dos Índios. Relatório, p. 1. In: FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, casa n. 10, 1852.

²⁴ FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852 e 1853. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa n. 10, 1852. Viagem às comarcas do Sul. Catequese e Civilização Indígena. p. 34.

²⁵ OFÍCIO encaminhado ao vice presidente da província da Bahia pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, 21 de julho de 1854. Maço 4611, fl. 36.

²⁶ RELATÓRIO que a Assembleia Provincial da província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. p. 20. Navegação do Rio Jequitinhonha. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/index.html> Acesso em: 16 abr. 2019.

nacionais e estrangeiras, bem como o aldeamento de índios bravios de ambas as províncias ainda, a militarização feita, sobretudo por meio de destacamentos.

Jequitinhonha x Mucuri: um caminho possível para o mar e do mar para o sertão

Em 1852, autorizado pelo governo baiano, o major Pederneiras fundou o destacamento de Cachoeirinha, no baixo Jequitinhonha²⁷. Pensando no combate aos crimes locais, o engenheiro informara, em seu relatório, que foram dadas ordens aos comandantes para estabelecer e conservar o comércio e navegação do rio²⁸. De acordo com o engenheiro, graças às medidas que tomou, o policiamento do baixo Jequitinhonha funcionava por isso, a segurança local havia se restaurado e “[...] a povoação de Cachoeirinha, outrora foco dos maiores crimes cometidos é hoje o centro da ordem e segurança individual que ali anima o Comércio e Navegação. Entretanto, o mesmo quadro não se via no alto Jequitinhonha na província mineira, cuja ação de pessoas, que o major denominava como criminosos e desertores, não cessava. Talvez, dizia o engenheiro, a única exceção fosse o Salto, comandada pelo diretor de índios Felício Celestino da Mota, que também era subdelegado local. Contudo, do Calhau²⁹ até Minas Novas, a configuração era outra, e essa “[...] anarquia ali influi na perturbação da ordem que temos alcançado no baixo Jequitinhonha”, o que o fazia solicitar da Bahia quatro praças para ajudar no policiamento em Minas. Argumentara o engenheiro que o alto Jequitinhonha se encontrava em estado de abandono e sem nenhuma segurança individual. Esse cenário por sua vez, impactava nos resultados alcançados na região do baixo³⁰. Pederneiras apostava que, ao implementar uma companhia de navegação a vapor poderia ser retirado muito mais proveito do comércio, tendo em vista o número alto de comerciantes interessados na praça da Bahia.

O major sabia que, para alcançar o sonho de implementar essa empresa no Jequitinhonha, ele teria de vencer um empecilho imprescindível: o policiamento do rio no território mineiro. Os quartéis dos rios Pardo e Jequitinhonha haviam sido fundados com essa finalidade, porém, descrevia o engenheiro que as dificuldades em encontrar pessoas dispostas a trabalhar como soldados eram enormes e aprofundadas pela exigência de serem praças e

²⁷ Atual Distrito de Cachoeirinha pertencente ao município de Belmonte na Bahia.

²⁸ FALA recitada na abertura da assembleia legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Mauricio Wanderley no 1º de março de 1854. Bahia, tipografia de Antonio Olavo da França guerra e companhia rua do tira Chapéu casa n.3. 1854. Comissão dos rios Pardo e Jequitinhonha; RELATÓRIO do major de engenheiros Inocêncio Veloso pederneiras em janeiro de 1854. Arquivo Público da Bahia, p. 2.

²⁹ Atual cidade de Araçuaí no Norte de Minas Gerais.

³⁰ FALA recitada na abertura da assembleia legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Mauricio Wanderley no 1º de março de 1854. Bahia, tipografia de Antonio Olavo da França guerra e companhia rua do tira Chapéu casa n.3. 1854. Comissão dos rios Pardo e Jequitinhonha.

agricultores. Por esse motivo, Pederneiras acreditava que era melhor separar as atribuições do quartel, onde praças desempenhariam apenas essas funções. A agricultura, por sua vez, seria de responsabilidade dos colonos e indígenas.

Ao discursar na Assembleia Legislativa de 1855, o presidente da província da Bahia, João Maurício Wanderley, tendia a concordar com Pederneiras acerca da implementação da navegação a vapor no Jequitinhonha, para facilitar e ampliar o comércio por meio do porto de Belmonte, onde teriam acesso livre às grandes navegações³¹. Porém, Minas Gerais não cumpria a sua parte, nem mesmo no policiamento do rio. A morosidade mineira dificultava o avanço do comércio no baixo. Aliada a isso estava a pressão exercida pelos Ottoni para a implementação dos trabalhos da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, que também enfrentava problemas locais. Em 1852, quando tomou conhecimento acerca do relatório de Pederneiras daquele ano, direcionando as benfeitorias da Bahia e de Minas Gerais para o Jequitinhonha, Teófilo Ottoni se sentiu prejudicado a ponto de afirmar que “[...] a simples leitura daquela publicação reconheci que não me era decoroso em tais circunstâncias oferecer a venda as ações da Companhia e anunciei logo pelos jornais que estavam pronto a restituir os acionistas que não estivessem satisfeitos com a empresa”³². Teófilo Ottoni contestava as informações compostas no relatório de Pederneiras.

De acordo com ele, elas eram contrárias às que obtinha por meios oficiais e particulares, e isso robustecia a sua visão de que a empresa do Mucuri constituía o meio mais sólido de se chegar ao mar da Bahia e desenvolver a região. Sobre o Jequitinhonha, dizia Ottoni que “[...] o Sr. Pederneiras encarou a questão debaixo de um ponto de vista especial, que afastou de sua ilustra atenção alguns dados essenciais à solução do problema.” Em razão disso, a Bahia e Minas Gerais deveriam empregar todos os meios para desenvolver a navegação do Mucuri.³³

Em defesa da sua empresa, Teófilo Ottoni escrevia à presidência da província de Minas Gerais para contestar as informações do major, e essa situação compreendia a importância do comércio encabeçado por sua empresa. Para endossar a sua informação, Ottoni apontou que não havia obtido a verba com que contava para os primeiros trabalhos da Companhia em decorrência “[...] do relatório da Comissão de Pederneiras, sustentando que de

³¹ FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província o doutor João Maurício Vanderlei em 1 de março de 1855. Bahia. Tipografia de A. Olavo França Guerra e Comp. Rua do pão-de-ló. 1855. Navegação do Rio Jequitinhonha, p. 35. Arquivo Público da Bahia.

³² NAVEGAÇÃO do Rio Jequitinhonha. Presidência da Província, PP1/45, cx. 01. Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 25 de fevereiro de 1852. APMG. Secretaria da Província.

³³ NAVEGAÇÃO do Rio Jequitinhonha. Presidência da Província, PP1/45, cx. 01. Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 25 de fevereiro de 1852. APMG. Secretaria da Província. p. 04.

preferência sobre o Mucury se devia cuidar de abrir ou facilitar pelo rio Jequitinhonha a comunicação do Norte de Minas com o litoral”³⁴.

Otoni argumentara ainda que o relatório da comissão de Pederneiras foi pautado apenas pelo interesse que a Bahia tinha no Jequitinhonha, por isso lhe seria concedido pelo governo uma consignação para ser aplicada no melhoramento da sua navegação. Contudo, essa questão teria sido suprida desde o ano 1847 por sua empresa e, nesse sentido, Teófilo Otoni se indignou com o empenho das províncias em desenvolver o território desse rio³⁵.

Para o governo mineiro, não havia problema algum na coexistência das duas empresas. Em sua opinião, já se poderia incorporar uma companhia de navegação a vapor no Jequitinhonha e permanecer com a do Mucuri. Reconhecia a disputa existente, mas afirmara “[...] que o Jequitinhonha, escolhido para disputar ao Mucuri, a preponderância do comércio do Norte de Minas, é porém tão vasto e fértil o território, cujos produtos devem alimentar estas empresas, que eu não tenho receios, de que elas se destruam reciprocamente”³⁶.

O mesmo se observava na Bahia, pois, desde 1846, o governo falava em estabelecer uma colônia militar no Mucuri, porque dessa maneira se poderia aldear os “[...] os índios Giporokas, que em grande quantidade habitam aqueles lugares e se acham em mau estado”. Todavia, o maior empecilho eram as epidemias que atingiam tanto os indígenas quanto os colonos³⁷. A província via o desenvolvimento do Mucuri como uma possibilidade de aldear os indígenas habitantes de suas margens. A ideia era criar uma zona navegável até o rio Todos os Santos, e daí até a comarca de Minas Novas. Essa atividade seria reforçada pela abertura de uma estrada ao longo do Mucuri³⁸.

O projeto de tornar os rios das comarcas do sul navegáveis, bem como a abertura de estradas os margeando significava para a Bahia uma dupla vantagem, pois não só forçaria o contato com os indígenas bravios, como incrementaria o comércio com Minas no intuito de “[...] devassar esse terreno ocupado pelos indígenas, pondo-os no centro da civilização, a que

³⁴ SECRETARIA DA PROVÍNCIA SP. Documentos relativos à Companhia do Mucuri. *Ofício encaminhado por Teófilo Benedicto Otoni ao Presidente da Província de Minas Gerais em 25 de fevereiro de 1852*. Arquivo Público Mineiro.

³⁵ OFÍCIO encaminhado ao Presidente da Província de Minas Gerais o Sr. Luis Antônio Barbosa por Teófilo Benedicto Otoni, em 25 de fevereiro de 1852. Arquivo Público Mineiro.

³⁶ RELATÓRIO que a Assembleia Provincial da província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. p. 20. Navegação do Rio Jequitinhonha. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/index.html> Acesso em: 19 maio 2019.

³⁷ FALA que recitou o presidente da província da Bahia o desembargador João José de Moura Magalhães na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848. p. 48. Bahia, Tipografia de João Alves Portela, Rua da oração, casa n. 8, 1848. Colonização.

³⁸ FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província Francisco de Sousa Soares D’Andrea. Bahia, Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, Beco do Tira Chapéu, 1846, p. 46.

sem remédio se hão de sujeitar de algum modo trabalhando para viver”.³⁹

O governo baiano, apesar de priorizar o Jequitinhonha, não desprezava a ideia de tornar o Mucuri navegável e uma região ocupada por colonos. Por esse motivo, acreditava que as duas empresas em nada se prejudicariam. Pelo contrário, “[...] se a rivalidade é no maior bem, que ambos procuram fazer aproximando a população de importantes províncias, e franqueando ao seu comércio esses rios até agora abandonados à barbaridade”⁴⁰. A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri foi criada por Honório e Teófilo Ottoni no ano de 1847, com a finalidade de implementar o comércio e o povoamento local⁴¹. Teófilo Ottoni, político pelo partido liberal, destacou-se no cenário brasileiro tanto por sua atuação nas conturbadas questões do Império quanto por idealizar e se colocar à frente de um dos empreendimentos comerciais de maior importância, que pretendia integrar o sertão mineiro ao litoral.

A Companhia dirigida por ele e sua família existiu entre os anos de 1847 a 1863 e foi pioneira na construção de estradas modernas, o que atraía para o sertão mineiro imigrantes de múltiplas nacionalidades⁴². A agilidade com que a empresa passou a funcionar se deveu ao interesse que a elite do norte de Minas mantinha em expandir a sua riqueza nos sertões. Por isso, o projeto foi favorecido pela presidência da província que via na relação particular/Estado uma das saídas para desenvolver a economia daquelas fronteiras⁴³.

O empenho da província mineira em implementar a Companhia do Mucuri foi parte do projeto de consolidação das fronteiras do norte a partir da implementação e expansão da agricultura movida por colonos. Por isso, o projeto previa a utilização de aparatos do Estado para o benefício de particulares e, em troca, esses promoveriam a colonização e a transformação dos indígenas bravios em trabalhadores. Isso também estava posto para o Jequitinhonha.

Desse modo, a catequização indígena esteve diretamente ligada aos projetos encabeçados tanto por Pederneiras quanto por Ottoni. Em Minas, a chegada dos Freis

³⁹ FALA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província Francisco de Sousa Soares D'Andrea. Bahia, Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, Beco do Tira Chapéu, 1846, p. 41.

⁴⁰ FALA que recitou o exm^o presidente da província da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província no 1^o de março de 1853, 1854 e 1855. p. 79. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira. Navegação dos Rios Pardo e Jequitinhonha. Arquivo Público da Bahia.

⁴¹ ATA de Instalação da Companhia do Mucuri para a navegação e comércio do rio do mesmo nome. Lei n^o. 332 de 03 de abril de 1847. Arquivo Público Mineiro.

⁴² Sobre a Companhia do Mucuri ver: Silva (2011).

⁴³ FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1848 pelo Presidente da Província de Minas Gerais: Bernardino José de Queiroga. Ouro Preto: Tipografia Social, 1848. Arquivo Público Mineiro.

Bernardino do Lagonegro e Domingos de Casale, para o cumprimento do Decreto 426, encontrava-se associada a esses empreendimentos, pois os padres foram direcionados exatamente a essas áreas. A organização do quartel do Rio Preto com as forças da Companhia de Pedestre do Jequitinhonha, o aldeamento e a catequização dos indígenas dessa localidade foram estrategicamente pensados para atender aos interesses da empresa do Mucuri. Por consequência, Pederneiras e Ottoni pretendiam aldear os indígenas habitantes desses vales nas proximidades dos núcleos coloniais e, assim, apossarem-se das terras e intensificarem a ocupação dessas fronteiras.

As intenções de ambos eram basicamente as mesmas. No entanto, Teófilo Ottoni desejava expandir as atividades da empresa por todo o norte de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo e, nesse sentido, esbarrou no interesse baiano pelo Jequitinhonha⁴⁴. A Companhia do Mucuri também beneficiava a província baiana, entretanto, o governo entendia que essa empresa preferenciava a praça comercial do Rio de Janeiro em detrimento de Salvador. Assim, justificava-se a necessidade de navegação do Jequitinhonha como canal de escoamento do comércio e pessoas entre Minas Novas e a capital baiana. Navegar esse rio tornou-se, então, uma alternativa e uma concorrência ao Mucuri (RAMALHO, 2018, p. 182).

Ainda que os dois governos apoiassem ambas as empresas, Teófilo Ottoni continuava a atribuir as dificuldades enfrentadas pela Companhia do Mucuri à navegação do Jequitinhonha. Os Ottoni se depararam com problemas parecidos aos de Pederneiras, pois era difícil encontrar trabalhadores a serem engajados nos empreendimentos da Companhia, bem como aldear os indígenas. Associado a esse problema estava o fato de que o parecer do engenheiro Teodoro, acerca da navegabilidade do Mucuri e a ação da Bahia voltada quase que exclusiva para o Jequitinhonha, “[...] esfriaram os ânimos” (RAMALHO, 2018, p. 184).

Nessa conjuntura, Teófilo Ottoni defendeu que a sua empresa era a melhor alternativa para Minas Novas, inclusive para o Jequitinhonha. Por isso, em 1853, ele encaminhou um ofício à presidência da província mineira dizendo que “todos os povoados banhados pelo Jequitinhonha e situados na região nordeste do município de Minas Novas, como os distritos de Itinga⁴⁵ e Calhau, seriam contemplados pela construção de estradas.” Por esse motivo, era preciso que a província abandonasse “[...] a navegação do Jequitinhonha e o comércio com o

⁴⁴ NAVEGAÇÃO *do Rio Jequitinhonha*. Presidência da Província, PP1/45, doc. n. 51, cx. 01. Ofício encaminhado pela Presidência da Província para as Câmaras Municipais de Minas Novas, São Miguel, Calhau, Arassuahí, São Domingos e Salto em 15 de março de 1853. APMG. Secretaria da Província. Arquivo Público Mineiro. p. 64.

⁴⁵ Atual cidade de Itinga no Vale do Jequitinhonha.

porto de Belmonte na Bahia”⁴⁶.

Em um documento endereçado ao Marquês de Olinda, Teófilo Ottoni tentava desclassificar o Jequitinhonha porque, em sua opinião, em decorrência da sua navegação, o governo havia perdido a visão da grandiosidade que seria a cidade de Philadelphia⁴⁷ erguida sobretudo, pelos esforços da Companhia. O seu empenho foi no sentido de demonstrar que todos os centros importantes daqueles sertões, inclusive os banhados pelo Jequitinhonha, convergiam para Philadelphia, por isso, não via razão em fortalecer a navegação desse rio que é “[...] apenas defensável por seu empresário”⁴⁸.

Acerca dessa disputa, a Assembleia Legislativa mineira possuía um árduo defensor do projeto para o Jequitinhonha, o coronel Murta. Em 1858, o parlamentar Carlos Moreira Murta, uma das figuras mais importantes da região do Calhau, discursava enaltecendo a iniciativa da Bahia, que, “[...] afinada com os princípios europeus”, organizou a exploração dos rios Mucuri e Jequitinhonha a cargo de Pederneiras⁴⁹. O resultado foi o reconhecimento da dificuldade e a “[...] inexecuibilidade da navegação do rio Mucuri de Santa Clara para cima, além da facilidade com que o rio Jequitinhonha se prestava a navegação” – o que para ele não era novidade, uma vez que estava convicto de que há muitos anos o que atrapalhava o comércio no Jequitinhonha não eram os embarços naturais, inerentes à sua navegabilidade, e sim “[...] o estado de abandono em que se achava em todos os sentidos e com especialidade pelo lado da polícia”⁵⁰. Murta assinalava as inúmeras melhorias realizadas pelo governo baiano na sua parte do rio favorecendo o crescimento do comércio. Ainda, o parlamentar sinalizou a importância dos destacamentos no combate aos indígenas que ameaçavam a exploração e o corte de madeira. Por sua vez, Murta acusava o governo mineiro de preferenciar o Mucuri: “[...] o governo de Minas só tendo em vistas a Companhia do Mucuri só para ela convergindo os recursos da província, nem pelo lado da polícia, que era de seu dever, se dignou providenciar para o Jequitinhonha”⁵¹. No entanto, o deputado não contestava a importância da Companhia do Mucuri, afirmando ser contrário ao

⁴⁶ BARBOZA, Antônio. Relatório apresentado ao seu sucessor José Lopes da Silva Vianna. Ouro Preto, 1852. *apud* RAMALHO, 2018, p. 184.

⁴⁷ Atual cidade de Teófilo Ottoni no vale do Mucuri.

⁴⁸ OTTONI, família. Acervo não catalogado. Caixa única. *Carta confidencial de Theofilo Benedicto Ottoni ao Marques de Olinda sobre a navegação do Jequitinhonha, 30 de setembro de 1858*. Arquivo Público Mineiro.

⁴⁹ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial. Segunda-feira 19 de julho*. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵⁰ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial. Segunda-feira 30 de Setembro*. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵¹ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial. Segunda-feira 30 de Setembro*. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

fato de a província direcionar os seus atos somente a ela, exaurindo os cofres “[...] em benefício de dois pontos, deixando o resto da província lutar com todos os embaraços e até com falta de Polícia. É antes reprovável, é censurável tal procedimento, pois se todos os pontos são lembrados quando se trata de cobrar impostos, também o deveriam ser”⁵².

Em vista disso, Murta apresentou um projeto à Assembleia solicitando providências e policiamento para o rio Jequitinhonha. Acusava ele que a Companhia de Pedestres estava inteiramente a serviço do Mucuri, porém consignada como pertencente ao Jequitinhonha. Dos soldados componentes da Companhia, havia apenas nove praças na guarnição do quartel da Água Branca⁵³, “[...] as quais não devem daí sair para se vedar a reprodução de horríveis catástrofes, como as que se deu na pessoa de um infeliz sargento, que foi assassinado pelos indígenas, depois de ter passado por cruéis torturas”⁵⁴.

Com o intuito de policiar a região do alto e combater os indígenas, o deputado reivindicava a criação de uma Companhia exclusiva para esse território para “[...] cuidar de sua polícia e proibir a invasão dos selvagens”. Essas atitudes fortaleceriam o comércio e trariam lucros para toda a província”⁵⁵. Além disso, o deputado questionava o fato de que o conselheiro Francisco Gonçalves Martins, a quem chamava de “anjo tutelar do Jequitinhonha”, desde o tempo que fora presidente da província baiana, e então ministro da pasta dos Negócios do Império, ter obtido o privilégio de “[...] dar uma companhia de navegação e comércio pelo Jequitinhonha, empresa em si interessante e que fez despontar para os habitantes do Norte de Minas a risonha aurora de um grandioso e brilhante futuro”. Em razão de tamanho esforço, caberia a Minas ao menos dispor de uma Companhia de Pedestres exclusiva desse território, que se dedicasse no combate ao crime e “[...] garantindo o direito individual de propriedade”⁵⁶.

Para poder justificar o seu projeto, Murta recorreu à ideia já cristalizada na sociedade brasileira daquele momento: a falta de braços para a lavoura como tendência em razão do fim do tráfico de africanos. No entanto, como solução desse problema, ele discordava da forma como o projeto de colonização era implementado, por meio de “sommas consideráveis despendidas nesse sentido,

⁵² CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial*. Segunda-feira 19 de julho. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵³ Atual cidade de Joáima no Norte de Minas Gerais.

⁵⁴ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial*. Segunda-feira 30 de Setembro. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵⁵ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial*. Segunda-feira 30 de Setembro. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵⁶ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial*. Segunda-feira 19 de julho. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro.

e desgraçadamente sem proveito servindo unicamente, salvas algumas exceções, para expurgar à Europa da escória da sua sociedade”. O deputado não compartilhava da proposta de implementar povoações estrangeiras, mas destinar as vastas e [...] ubérrimas matas que se estendem nos vales do Jequitinhonha, Rio Pardo, Rio Doce, e Mucuri, e outros terras, que em tão grande quantidade existem devolutas, fácil e comodamente obteríamos a vantajosa colonização nacional pela imigração da população que superabundando em lugares em que lutam com grande embaraço⁵⁷.

A pretensão do parlamentar era atrair para esses vales populações nacionais de agricultores que se encarregassem de ocupar a terra, a qual, de acordo com ele, estava ociosa e em posse dos indígenas que levavam uma vida de sofrimentos, porque muito pouco se fazia para atraí-los aos aldeamentos e, inclusive, apontava-se a quantia destinada à catequese como insignificante não passando de uma perda de tempo.

Murta também se colocava contra o sistema de catequese, pois acreditava que, nos aldeamentos, os indígenas “jamais perderam os hábitos selvagens, jamais se entregaram em trabalho regular, por estarem afeitos a vida de misérias, alimentação de caça, pesca, e da raiz.” Em sua opinião, a estratégia seria dispô-los sob a administração de particulares, já que

[...] a experiência se tem conhecido que os indígenas entregues aos cuidados de particulares se tem civilizado, e são aptos para qualquer serviços, disto temos muitos exemplos: o meu distinto colega pelo sétimo círculo, tem um que está adiantado em primeiras letras e se acha como praça da primeira companhia de pedestres⁵⁸.

Nesse período, embora o Estado estivesse tentando retomar o controle sobre as populações indígenas, em territórios fronteiriços e com a escassa presença de padres catequistas, foi comum particulares explorarem os indígenas e mantê-los sob regime de escravização⁵⁹. Murta queria justamente intensificar a pressão dos fazendeiros pelo trabalho indígena e assim controlar os grupos, bem como os seus patrimônios. Nessa esteira, o seu relato terminou por denunciar uma prática que em tese o governo tentara impedir por meio da legislação de 1845. Vejam o que ele disse:

[...] os indígenas que tenho mencionados são sem dúvida poucos, mas existem muitos com diferentes senhores, mesmo em casa de meu bom pai existe um, junto com o vaqueiro, que já está qualificado volante, e é hábil

⁵⁷CORREIO Oficial de Minas Gerais. Número 160 de 1858. Tipografia provincial. Segunda-feira 30 de Setembro. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵⁸ CORREIO Oficial de Minas Gerais. Número 160 de 1858. Tipografia provincial. Segunda-feira 19 de julho. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro.

⁵⁹ Ver por exemplo o caso da província de São Paulo em: Dornelles (2016).

para qualquer serviço, além de grande número que se acha empregado na navegação do Jequitinhonha e são bons canoeiros; por isso estando esses miseráveis ao imediato cuidado dos juizes dos órfãos, muito conviria que a estes ditássemos os meios para conseguir os filhos dos indígenas, que usam por qualquer ninharia, para confiar a sua educação a particulares, fazendo-os assinar a tutela.

Não falo em estabelecimento próprio a recolher em si os indígenas de certa idade, porque conheço que não só a província não poderia de presente comportar tais despesas, como daí o inconveniente de perderem e muitos porque estranhando nossa alimentação, demanda uma série de cuidados a livrar em si das enfermidades que eles sobrevivem⁶⁰.

O que se observa do trecho do documento é o interesse na administração dos indígenas por particulares e mesmo por autoridades locais. Perceba, ainda, que o deputado via vantagem no tráfico de Kurukas, destinando-os a esses empreendimentos. Acerca do tráfico de Kurukas, dois importantes textos trazem contribuições para a compreensão da dimensão violenta que foi essa prática. O primeiro é o texto de Maria Hilda Baqueiro Paraíso publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro em 2011⁶¹. Paraíso argumenta que o tráfico de crianças indígenas, para além de uma atividade rentável, constituiu-se enquanto um componente do projeto de socialização e treinamento de índios, associado à militarização e às dificuldades em obter mão de obra escravizada africana (PARAÍSO, 2011, p. 84). A permanência do tráfico de Kurukas após o Decreto nº 426 de 1845 não cessou. Conforme a autora, a presença dos missionários apenas reduzia o comércio pois, a partir do momento em que os padres assumiam a direção dos aldeamentos, as denúncias diminuía, no entanto, o tráfico permanecia (PARAÍSO, 2011, p. 98).

Nessa esteira, o segundo texto: “Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças indígenas no Brasil imperial”, de Vânia Maria Losada Moreira, trata dessa permanência⁶². A autora destaca que o tráfico de crianças indígenas não é apenas uma continuidade do passado colonial, mas está associado aos processos sociais, políticos, jurídicos e econômicos decorrentes do regime imperial e sua política indigenista (MOREIRA, 2020, p. 391). Dessa forma, Moreira argumenta que o tráfico infantil de indígenas nas províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia deve ser analisado como parte específica de um problema mais generalizado: o tráfico e a escravização de pessoas indígenas, cujo

⁶⁰ CORREIO *Oficial de Minas Gerais*. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial*. Segunda-feira 19 de julho. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro. Grifo do documento.

⁶¹ Consultar: Paraíso (2011).

⁶² Ver: Moreira (2020).

intuito era fornecer mão de obra para uma gama de atividades urbanas e rurais, conduzidas não somente por particulares, mas pelo próprio Estado (MOREIRA, 2020, p. 394).

Portanto, mesmo a província mineira estando sob a batuta da legislação indigenista de 1845, o que se via na prática era o costume de violentar os indígenas em prol de negócios pessoais. Nessa esteira, é possível afirmar que o *Regulamento das Missoes* foi adaptado pelas elites locais, para atender a seus interesses.

Esse cenário dizia respeito, também, à disputa com a Companhia do Mucuri que utilizava índios em seus estabelecimentos. Vale destacar que o empenho de Murta em estabelecer uma linha comercial forte no Jequitinhonha beneficiava diretamente os núcleos urbanos nos quais ele era influente, Calhau, Itinga, Salto e São Miguel, geralmente locais de embarque e desembarque das canoas. Ou seja, desejoso de obter o seu “potentado local”, o deputado queria controlar o comércio, os territórios, o trabalho e a vida dos indígenas.

Contudo, apesar de parecerem antagônicos, os projetos de navegação do Jequitinhonha e da Companhia do Mucuri são faces de uma mesma proposta: integrar os sertões mineiros ao litoral e implementar um comércio forte. Ramalho, em sua tese de doutorado, destacou que isso tinha conexão direta com a tentativa de criação de uma nova província nessa localidade, com a finalidade de unificar as regiões da Bahia e Minas Gerais envolvidas nesse intercâmbio comercial, por meio da exploração do Jequitinhonha e Mucuri. (RAMALHO, 2018, p. 193). Nesse vasto território, disputado por grandes empreendimentos econômicos, habitavam milhares de indígenas que foram diretamente afetados.

“Eu não quero estradas em minhas terras!” – Os indígenas entre os projetos de navegação e desenvolvimento do Jequitinhonha e Mucuri

Com o intuito de implementar a empresa do Mucuri, Teófilo Ottoni se aproximou das populações indígenas por meio de uma expedição cujo propósito foi negociar, com os capitães, a ocupação de terras pela Companhia. Ottoni, em todo o texto que produziu sobre os povos dessa região, falava de uma nova catequese não mais pautada em “pólvora e bala” e sim que “[...] a generosidade, a moderação e a benevolência eram a mais proveitosa das catequeses”⁶³.

Essa prática recomendada por ele foi próxima àquela preconizada por José Bonifácio de Andrada e Silva⁶⁴, assim como pelo sertanista Guido Marlière, no início do

⁶³ Para conhecer o texto na íntegra, consultar: Ottoni (2002, p. 229).

⁶⁴ Ver: ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Disponível em: http://www.obrabonifacio.com.br/principais_obras/. Acesso em: 7 mar. 2020.

século XIX. Em *Notícias sobre os Selvagens do Mucuri*, Teófilo Ottoni apresentou a ideia de uma catequese “pacífica e atrativa”, que deveria garantir aos indígenas o acesso à civilização, a demarcação de terras e o fim do tráfico de Kurukas⁶⁵. Além disso, destacou que a péssima visão construída acerca da população indígena do Mucuri seria exagerada, carregada de preconceitos e falaciosa.

Para auxiliar no projeto catequético, Ottoni contou com os serviços do frei Domingos de Casale posto à sua disposição pelo governo imperial, que “[...] munido das precisas instruções se encarregar da catequese dos índios da colônia que tenho em vista fundar na Barra de Todos os Santos⁶⁶ – projeto esse facilitado pelo cargo que ocupava o coronel Honório Esteves Ottoni, o qual, enquanto diretor dos índios do Jequitinhonha, decidia pela organização da catequese em cumprimento ao Regulamento das Missões de 1845.

As informações acerca dos indígenas, vindas de diversas partes do Mucuri, geralmente versavam sobre os ataques praticados contra os agentes colonizadores impedindo-os de realizarem a extração de pedras preciosas e ouro, em virtude de “[...] incomodarem com suas correrias aos moradores e fazendeiros”. Para remediar essas situações, uma das sugestões da Câmara de Minas Novas a Teófilo Ottoni era a redução dos indígenas nas circunvizinhanças das colônias militares para que estas os vigiassem⁶⁷.

A documentação consultada traz muitas informações como a citada acima. Os Botocudos foram vistos como os maiores empecilhos ao desenvolvimento do Mucuri, pois “vexam com sua hostilidade e roubo” os moradores não indígenas do território. Por essa razão, o caminho era “civilizá-los” e “domesticá-los”, tarefa que poderia ser desempenhada pela Companhia do Mucuri (VILA de Minas Novas. Presidentes e vereadores da câmara municipal *apud* ARAUJO, 2007). Ottoni, por sua vez, entendeu que o trajeto para “pacificar” os indígenas seria aproximar-se dos grupos de forma amistosa. Uma das primeiras informações de seus documentos acerca desse tema diz respeito à exagerada ideia cristalizada na sociedade local sobre a “ferocidade” dos índios. Para Ottoni, isso tudo não passava de uma quimera, posto que “[...] os míseros selvagens carecem antes de proteção do que de repressão”⁶⁸.

⁶⁵ Sobre o tráfico de Kurukas nesse território ver: Paraíso (2011, p. 79-95).

⁶⁶ CONDIÇÕES para a incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucury. Teophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni, p. 8. *In*: ARAUJO, Valdeí Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁶⁷ VILA de Minas Novas. Presidentes e vereadores da Câmara Municipal *apud* ARAUJO, 2007, p. 24.

⁶⁸ OFÍCIO encaminhado ao Presidente e demais vereadores da Câmara municipal de Vila de São José de Porto Alegre por Theophilo Benedicto Ottoni em 22 de Setembro de 1847. Documento n. 07, p 39-41. *In*: ARAUJO,

Na visão de Teófilo Ottoni, os Botocudos revidavam os ataques sofridos, assim como a tomada de seus patrimônios, além do tráfico e escravização dos Kurukas. O capitão Giporock, por exemplo, teria assassinado a família Viola para libertar os seus filhos feitos de escravos⁶⁹. O tráfico de Kurukas era, na visão de Ottoni, um dos maiores motivos para a violência praticada pelos indígenas. Por isso, ele solicitava apoio da cidade de Minas Novas para combatê-lo, uma vez que, apesar dessa situação, os próprios indígenas se diziam “mansos como cágados”, inclusive empregando-se em casas particulares a troco de um punhado de farinha. Dessa maneira, não havia sentido aplicar a força para combatê-los (OTTONI, 1847 *apud* ARAUJO, 2007, p. 40).

É preciso analisar o discurso de Teófilo Ottoni à luz do desejo de implementar a Companhia do Mucuri e destinar o seu território para a colonização. Dizer que os indígenas não transmitiam receios tornaria a região atrativa a esse projeto. Por isso, ele tentou combater a visão de terror que se tinha acerca dos Botocudos, mesmo os grupos mais temidos como os dos capitães Giporock e Pojichá com quem havia feito acordos amistosos. Todavia, o próprio Teófilo deixou claro que, quando preciso, acionava as forças militares de Philadelphia para adentrar as aldeias, como ocorreu com o capitão Pojichá após o ataque a algumas reses nas vizinhanças da cidade. Na ocasião, Ottoni informou que o destacamento iria dar a Pojichá “[...] algumas noções de direito à propriedade, que é o a b c da civilização”⁷⁰. Pojichá por sua vez, em represália, compareceu à cidade de Philadelphia juntamente com um grupo de índios do capitão Ima, recém migrado do Jequitinhonha e tido como inimigo do primeiro. Não obstante, frente a esse acontecimento, o dono da empresa do Mucuri ameaçou os indígenas dizendo:

[...] que ficaríamos inimigos se me continuassem a matar os bois, os despedi convencidos de que tínhamos muita força, mas que não queríamos fazer-lhes mal, e menos tomar-lhes as mulheres e vender-lhes os filhos, que é o seu principal receio; foram-se em paz; e prometendo poupar os nossos bois; levaram ferramentas, roupas, panelas e mostraram-se contentes sobretudo com um casal de porcos que dei a cada um dos caciques inimigos. Tanto Ima

Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁶⁹ OFÍCIO encaminhado ao Presidente e demais vereadores da Câmara municipal de Vila de São José de Porto Alegre por Theophilo Benedicto Ottoni em 22 de Setembro de 1847. Documento n. 07, p 39-41. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁷⁰ RELATÓRIO apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury por Theophilo Benedicto Ottoni em 15 de Outubro de 1857. Documento n. 12. Selvagens. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

como Pojichá, não cessavam de repetir-me esta frase que resume a história de um passado horroroso: PORTUGUÊS AGORA ESTÁ MUITO BOM!⁷¹

No trecho destacado é perceptível que Ottoni atribuía a mudança do comportamento indígena à forma como agora os tratava. Ele imputava a hostilidade praticada pelos grupos nativos à Carta Régia de 1808, que legalizou e estimulou a escravização e o extermínio dos Botocudos, bem como às hostilidades praticadas contra esses grupos por não indígenas. A colonização do Mucuri, na visão de Ottoni, provocou uma verdadeira “hecatombe de selvagens”, pois grupos inteiros foram assassinados por meio de estratégias que ele denominou de *capivara* por se assemelhar à caça do roedor de mesmo nome⁷².

A *capivara* consistia na “caçada dos selvagens”, visto que cercava a aldeia à noite e a assaltava na madrugada. Posteriormente, retiravam-se as armas indígenas e prosseguia com a matança de toda a comunidade, “[...] separados os *kurucas*, e alguma índia moça mais bonita, que formam os despojos, sem misericórdia faz-se mão baixa sobre os outros, e os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados” (OTTONI, 1847, p. 202).

Nesse cenário de extrema violência, Teófilo Ottoni necessitaria de uma tática para alavancar a empresa, já que era preciso se aproximar dos índios para ocupar as suas terras. Por isso, ele montou uma bandeira e partiu em expedição ao rio, colocando-se em contato com os indígenas bravios. Dessa jornada resultou a aproximação entre ele e vários grupos que circulavam por um vasto território, abarcando os rios Mucuri, Jequitinhonha e o litoral.

No entanto, Ottoni estrategicamente, para demonstrar a possibilidade da Companhia conviver com os indígenas, relatou o apoio de vários capitães, assim como das comunidades que definiu como sendo de Nacknenucks. Com esses Nacknenucks, Teófilo teria conseguido realizar “conferências” no território onde seria fundada a cidade de Philadelphia. É interessante observar essa questão porque a cidade nasceria da aliança firmada entre Ottoni e os indígenas, daí o motivo de dizer que eram Nacknenucks, ou seja, pacíficos, e Philadelphia como uma grandiosa cidade tal qual a que lhe inspirara o nome. Nesse sentido, observem o que descrevera:

⁷¹ Texto em caixa alta do próprio documento. RELATÓRIO apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury por Theophilo Benedicto Ottoni em 15 de Outubro de 1857. Documento n. 12. Selvagens. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

⁷² Sobre isso consultar: Duarte (2002, p. 46).

De Poton me declarei parente, e ele acolheu rindo a demonstração de que éramos. Tirei a demonstração do nome Poton que pronunciei Potoni e do qual, não sei porque regra de etimologia, extraí Ottoni. Aceito o parentesco, disse-me Poton que trouxesse os mais parentes, porque as terras eram muitas e chegavam para todos. Peguei-lhe pela palavra, e 15 dias depois abria-se por conta de diversos parentes do selvagem uma grande derrubada, que produziu três magníficas fazendas (OTTONI, 1847, p. 222).

O discurso de Teófilo Ottoni não era algo isolado. Ao contrário, produzia capital político, tendo em vista que se tratava de um dos parlamentares liberais mais influentes de sua época, o que lhe abriu caminho para o sucesso da Companhia do Mucuri, ao menos por alguns anos. A própria alcunha de *Pogirum*, concedida a ele pelos Nacknenucks e que significava capitão grande, ganhou fama na corte, pois a revista *Semana Ilustrada* publicou a charge de Henrique Fleiuss onde há uma representação que caracterizou a sua atuação política como tal⁷³. Já para o Mucuri, Ottoni tentara desfazer a ideia de que os índios dessa região não eram úteis ao projeto de civilização local. Por esse motivo, apresentá-los como mansos, propícios ao contato e partilha das terras foi imprescindível.

Contudo, na própria *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*, Ottoni relatou os ataques indígenas ocorridos durante a sua expedição. Acerca de uma ocasião escreveu: “mas quem era o ousado e enérgico tapuio que sabia articular o meu e o teu, e se abalançava a vir bradar na boca das espingardas [...] não quero estradas nas minhas terras!! Este, sim, dizia eu, é o representante e descendente dos corajosos Aymorés” (OTTONI, 1847, p. 224). Somente mais tarde, em outra tentativa de contato, Ottoni descobriu que o valente capitão era Pojichá. Esse capitão “teria baixado guarda” após saber que a comissão fora enviada por *Pogirum* recebendo-a “de braços abertos” dizendo “[...] se vocês são desse capitão, não precisa de armas, larguem-nas”. E, logo depois, “declarou que era amigo e que dava licença para fazer a estrada ainda que fosse pelo meio de sua casa” (OTTONI, 1847, p. 224).

Os esforços dos Ottoni, juntamente com o próprio governo mineiro, para promover a colonização do Mucuri, eram uma meta desejada principalmente por considerarem o Jequitinhonha como uma área decadente (PARAÍSO, 2014, p. 413). Por isso, os aldeamentos desse território foram vistos como “bem-sucedidos”, apesar das condições adversas e do cenário de violência generalizada apontada pelo próprio Teófilo Ottoni no texto da *Notícia*. Na ausência de missionários, a própria Companhia foi responsável pela verba da catequese e pelo aldeamento dos bravios. E sobre isso Teófilo Ottoni afirmava ser a empresa muito eficiente na incumbência de civilizá-los. Com efeito, o propósito dele era transformar

⁷³ Sobre isso consultar: Silva (2011).

os indígenas em trabalhadores dos empreendimentos da Companhia. Para ele, os Nacknenucks era apropriados ao trabalho, uma vez que já plantavam cana, batata, milho, arroz, mandioca e comercializavam no mercado de Philadelphia, como foi o caso do grupo do capitão Timóteo, mas não somente esse. O grupo de Poton vendia couro de veado e de Poté, criava animais e aves domésticas. Por sua vez, havia índios de diversos aldeamentos pagos pela Companhia do Mucuri para recolherem milho (OTTONI, 1847, p. 234).

Esse ideal de contato pacífico promovido por Ottoni não parece ter logrado êxito como desejara, porquanto havia a larga utilização de destacamentos e a construção de um quartel nas matas do Mucuri, para combater a mobilidade indígena. A esse respeito, um documento avulso que consultei nos arquivos da família do parlamentar, traz a informação de que “[...] inúmeros foram os assassinatos e massacres cometidos pelos índios nas matas do Mucuri.” Mesmo depois de constituída a Companhia e iniciados os trabalhos de exploração, abertura de picadas, teria sido “[...] na hostilidade sanguinária dos selvagens Botocudos, que encontrou a Companhia a maior dificuldade para levar a bom termo as suas atividades”. E, dentro desse cenário, encontrava-se o grupo de Pojichá, o mesmo que teria dito: “[...] eu não quero estradas em minhas terras!”, porém “consentido” após tornar-se “amigo” da Companhia. Acerca deles, afirma o documento,

A tribo dos Pojichás ferocíssima, apesar da paz celebrada com Teófilo Ottoni continuava refratária a qualquer pacificação. Eram agigantados, robustos, com arcos imensamente grandes, destemidos flecheiros, grandes corredores, sem casa, nem roça, nem aldeia. Dormia na terra, sustentavam-se de frutos e da caça que comiam crua. Atacavam à traição, nunca a descoberto, e não tinha uma lealdade, nem sequer entre pai e filhos⁷⁴.

Por sua vez, na Bahia, o governo atribuía a dificuldade em abrir estradas e povoar as grandes faixas de terras à presença do que denominavam “indígenas selvagens e errantes.” Entre estes se destacavam os Botocudos e Nacknenucks, que, na parte mineira da região, “[...] tem deixado de ser hostis, e principiam a entender-se com o povo civilizado. Não sucede o mesmo pelo lado do litoral”. Essa era nitidamente uma referencia ao que Ottoni propagava e aos trabalhos da Companhia. Harmonizar os grupos, na percepção da Bahia, parecia

⁷⁴ OTTONI, família. Acervo não catalogado. *Documento sobre Leonardo Esteves Ottoni*. Arquivo Público Mineiro, p. 1.

impossível, por esse motivo, não se avançava na ocupação para o interior o que tornara o trabalho da empresa do Mucuri imprescindível⁷⁵.

Essa realidade parece ter permanecido por um longo tempo, pois, em 1855, o presidente da província comunicava que no sul, em especial às margens dos rios Pardo e Jequitinhonha, ainda existiam grupos que cometiam violência contra os brancos. Para combatê-los, o major Pederneiras montou uma expedição composta por 40 pessoas, que,

[...] dando sobre um aldeia ou racharia no centro das matas, a debandou tomando-lhes seis crianças, que foram entregues ao juiz de órfãos, encontrando-se no dito lugar, espetada em um poste a cabeça de Antônio do Carmo que há poucos dias tinha sido assassinado pelos índios. Creio que alguns destes perderam a vida nesse encontro, posto que a informação que obtive nada fale sobre tal⁷⁶.

Diferentemente de Ottoni, que pregava abertamente o contato pacífico com os índios, ainda que assim não ocorresse, Pederneiras agia com violência. Seus trabalhos no sul da Bahia desestruturaram vários povos, pois uma de suas funções era usar de violência atraí-los das matas e transformá-los em trabalhadores, que, pouco a pouco, fossem utilizados nos empreendimentos do Jequitinhonha. O uso da força nesse episódio destacado acima está tão explícito que na continuidade da fala, Wanderley disse não ser favorável à violência contra eles, em razão de “[...] pela brandura muito se pode conseguir, e reconhecendo que a catequese religiosa, apesar de pequenos resultados, tem contudo sido a mais eficaz”. Assim, o ideal seria a presença de missionários para catequizá-los, não que a catequese fosse menos violenta, mas representava princípios afinados com as convicções da civilização pretendida. Sobre isso, Wanderley acreditava que, ao abrirem novas comunicações com Minas Gerais e povoassem as terras, mais fácil seria “[...] domesticar os índios se é que essa raça desgraçada não está condenada a extinção ao contato da civilização”.

Wanderley também pressupunha a extinção dos índios ao longo do contato, uma vez que, misturados, perderiam a caracterização étnica e, nesse sentido, a catequese possuía um papel primordial na política de integração. Para tanto, ele já recomendara a extinção dos aldeamentos daqueles grupos com longo contato, justificada pela falta de missionários. Na ausência desses, “[...] a maior parte das atuais aldeias devem ser extintas por ser nula ou desnecessária a ação da Diretoria,

⁷⁵ FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província Francisco de Sousa Soares D'Andrea. Bahia, Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, Beco do Tira Chapéu, 1846, p. 31.

⁷⁶ FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1. de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855. Catequese e Civilização dos Índios, p. 20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/118/index.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

conservando-se apenas as de catecúmenos e uma ou outra que necessite de administração particular por causa das terras”⁷⁷.

Conforme deixei claro anteriormente, desde 1852, Pederneiras se tornara o encarregado em organizar os aldeamentos indígenas das comarcas do sul da província. Entre as suas atribuições estava a de “[...] combinar com os Missionários das aldeias às margens dos Rios Pardo e Jequitinhonha o estabelecimento de novas ou a transferência das existentes para lugares mais convenientes”. Para isso, Pederneiras geria os recursos da catequese, direcionados aos trabalhos que fossem necessários nos novos empreendimentos. Um caso interessante, ocorrido entre 1852 e 1853, foi a não utilização dessa verba pelo major, o que acarretou em sua redução pelos cofres provinciais em 50% passando de 4:000\$000 a 2:000\$000 no ano, terminando por complicar o projeto catequista, que passou a contar com uma verba cada vez mais reduzida⁷⁸.

É importante conectar essas informações às que constavam nos relatórios do engenheiro e versavam sobre o desejo de atrair os indígenas bravios para os aldeamentos a serem erguidos. Isso resolveria a questão de liberação de terras e oferta de mão de obra, permitindo a realização dos empreendimentos para o qual foi contratado. A concorrência com a Companhia do Mucuri poderia retardar esse processo, daí a necessidade de tornar o Jequitinhonha preferenciável à ocupação colonial. Contudo, o projeto continuava esbarrando na ausência de policiamento e ataques indígenas reforçados pela morosidade da província de Minas em cumprir a sua parte.

Em razão disso, Pederneiras reclamava dizendo que aumentara a força destacada no Salto, pertencente à província mineira, a fim de começar a por em execução as instruções sobre a navegação. No entanto, a presença dos indígenas, na visão do major, afetava

[...] os tiradores de jacarandá, que dizimados por eles, abandonaram seus cortes; os moradores do rio vivem assombrados sem poderem com a necessária tranquilidade ocupar-se de sua lavoura; e ultimamente até os canoeiros que desceram de cima para o comércio de sal, assassinaram um companheiro que por momentos se desviara dos outros. Enfim no Jequitinhonha, depois de ter tornado inteiramente deserta a margem esquerda já começavam a ameaçar a navegação⁷⁹.

⁷⁷ FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1. de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855. Catequese e Civilização dos Índios, p. 20. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/118/index.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

⁷⁸ COMISSÃO de Medição dos Aldeamentos dos Índios. *Seção de Arquivos Colonial e Provincial*. Governo da Província. Série: Agricultura (1856 – 1864), n. 4612. Bahia, 15 de setembro de 1856; OFÍCIO do Diretor Geral dos Índios Casimiro de Sena Madureira para o Presidente da Província João Luis Vieira Cansanção de Sinimbu em 3 de Maio de 1852. Arquivo Público da Bahia.

⁷⁹ FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província o doutor João Mauricio Wanderley em 1 de março de 1855. Bahia. Tipografia de A. Olavo França Guerra e Comp. Rua do pão-de-ló, 1855; RELATÓRIO sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha, p. 2. Arquivo Público da Bahia.

Desse modo, as investidas de Pederneiras às aldeias resultavam em violência generalizada, visto que, para lograr êxito em seus empreendimentos, era necessário derrotar os indígenas e, para isso, conforme destacado anteriormente na fala do presidente da província, o major organizou “uma entrada na mata, pelos lugares que eles pareciam frequentar, com o fim de os apreender ou afugentar.” Para essa empreitada, Pederneiras mandou vir de São Miguel, na condição de guias, alguns Nacknenucks, “já meio civilizados”, contudo, por ainda viverem nas matas, “conservam aquele instinto mateiro preciso para tais empresas.” Os Nacknenucks seriam utilizados nesse combate aos indígenas bravios, não somente na qualidade de guias ou línguas, mas como força de atração. A esses indígenas reuniram-se alguns particulares e os policiais do destacamento, compondo um total de quarentas homens⁸⁰.

Já nas imediações do quartel de São Francisco em Cachoeirinha, essa expedição se encontrou com uma rancharia bastante numerosa, porém “inteiramente debandada”. Foi aí que aprisionaram as cinco meninas e “um menino defeituoso”, que, “[...] foram logo distribuídos por alguns particulares com sujeição de assinarem perante o juiz de órfãos termo de obrigação de os educarem em algum ofício”. O que se percebe aqui é a prática generalizada e desumana da violência sobre os indígenas. Essa violência pode ser lida enquanto resultado do regime de domínio imperial vertida, em suas políticas liberais e conservadoras, observada na própria política indigenista de 1845. A coerção contra esses povos possuía várias faces e uma delas era o conflito direto. Tais atrocidades aumentavam a resistência violenta também por parte dos indígenas, que tentavam sobreviver em um cotidiano moldado por sangue. Como componente intrínseco de colonização desse período, a prática da violência geralmente era precedida de uma justificava, muitas vezes falsa. Nesse caso, Pederneiras alegou que teriam encontrado nessa aldeia a cabeça de Antônio do Carmo,

[...] morador do rio de Pedras, que, havia poucos dias, eles tinham degolado no momento em que imprudentemente atravessou o rio para roçar uma capoeirinha que ele possuía na beira da água. Dois de seus filhos, que fizeram parte da expedição, puderam ainda dar sepultura a este precioso resto de seu pai.⁸¹

Depois desse resultado, a expedição retirou-se “[...] com vistas de prosseguir, logo depois de refazer-se de mantimentos, no afugentamento de outras turmas que aparecerem em

⁸⁰ RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 3. Arquivo Público da Bahia.

⁸¹ RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 3. Arquivo Público da Bahia.

mais pontos”, porém os Nacknenucks, argumentaram que haviam deixado suas famílias sem socorro nas matas de São Miguel, “[...] insistiram em se retirarem ficando assim a empresa incompleta”. Com isso, Pederneiras não teve muita saída a não ser adiar as investidas contra as aldeias indígenas e para tanto, precisou solicitar outra autorização do governo baiano, “[...] para continuar nestas entradas, ou outra providência que melhore a sorte dos moradores destes rios.”⁸²

No intuito de justificar a violência desmedida, o massacre e a usurpação do patrimônio indígena, o major argumentara junto ao governo que

[...] o corte de madeira e a lavoura de mandioca são os únicos ramos de indústria que dão alguma vida a estes lugares, além do nascente comércio pelos rios com o interior; se os seus moradores não podem entrar no mato sem risco iminente de sua existência; se a hostilidade dos índios bravios chega ao ponto de destruir quanta plantação encontram e até virem aos pastos matarem os animais de serviços, como constantemente está acontecendo no Jequitinhonha, e recentemente no rio Pardo, nas fazendas dos Srs. Costa e Bahiana; se as canoas que sobem e descem o rio estão sujeitas à espera traiçoeira dos inimigos cruéis nas estações de repouso e nos estreitos canais que são obrigados a percorrer pela especialidade da navegação do rio de Pedras; não sei em que possamos basear as nossas esperanças de futura prosperidade para esta interessante porção da comarca de Porto Seguro!⁸³

A ideia de Pederneiras era o enfraquecimento dos grupos indígenas pautado em uma extrema violência, registrada não somente no combate aberto, bem como nas investidas contra seus territórios e na desagregação das famílias, o que acarretava a desintegração social e cultural desses povos. Componente intrínseco a esse processo, a agressão foi a estratégia mais comum na disputa pela ocupação territorial e consolidação dessas fronteiras. Tais práticas produziram e cristalizaram um cenário marcado pelo extermínio de grupos inteiros – isso era fundamentado na necessidade de se expandir o comércio “em segurança”, sem a indesejada presença desses povos. Associado a esse processo está o emprego de indígenas considerados pacíficos, expostos em combates contra grupos bravios, estratégia utilizada também como forma de intimidação e aliciamento.

Apesar de registrar aumentos anuais, o comércio pelo Jequitinhonha não se cristalizava, e isso foi atribuído por Pederneiras à presença indígena. Segundo ele, os poucos canoeiros empregados no comércio de sal circulavam sempre receosos por conta dos grupos

⁸² RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 4. Arquivo Público da Bahia.

⁸³ RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 5. Arquivo Público da Bahia.

não aldeados que vez por outra “assassinavam canoieiros” dificultando o engajamento de novatos que poderiam se lançar como empreendedores locais.⁸⁴

Entretanto, a saída encontrada pelo engenheiro para combater a política indígena de resistência ao domínio imperial seria a fundação de uma companhia de navegação a vapor no Jequitinhonha, o que abriria concorrência direta com a empresa dos Ottoni. Pensando nisso, o major chegou a procurar pessoas dispostas a organizar o empreendimento, à semelhança do que existia em Belmonte. Essa companhia faria o canal de navegação entre Cachoeirinha e Belmonte, além de realizar os trabalhos de infraestrutura para melhorar o comércio.⁸⁵

Todavia, o real interesse de Pederneiras consistia no fato de ele e o presidente da província manterem interesses pessoais no desenvolvimento da região, uma vez que ambos possuíam propriedades locais, incluindo-se o território onde a comitiva do major massacrara um grupo de indígenas não aldeados.

Em setembro de 1858, pelo Decreto nº 2242, o governo imperial contratou a Companhia de Navegação a Vapor do Jequitinhonha. O próprio presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins (o anjo tutelar do Jequitinhonha), estava à frente. A Companhia navegaria na foz do rio Pardo em Canavieiras e de lá para a foz do Jequitinhonha em Belmonte, subindo o rio até Minas. Entre as obrigações da empresa, constavam a conservação e a sustentação dos destacamentos de Salto e Cachoeirinha, a abertura da região para a exploração econômica, incluindo a importação de colonos europeus para povoarem as margens do rio. No entanto, esse projeto não foi para frente, caducando oficialmente em julho de 1861 (PARAÍSO, 2014, p. 249).

Considerações finais

Os dois empreendimentos que abririam definitivamente as fronteiras entre o sertão mineiro e o litoral baiano fracassaram. A Companhia do Mucuri decretou falência em 1861, deixando os Ottoni completamente endividados (PARAÍSO, 2014, p. 418). E sobre Pederneiras, quem deu notícias foi o viajante Lallemant, que, com ele, teria viajado de Canavieiras para Belmonte. Na ocasião, Lallemant mencionou que, por causa de “[...] certos mal-entendidos políticos, do que resultou Pederneiras ser exonerado por Cansação Sinimbu,

⁸⁴ RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 6. Arquivo Público da Bahia.

⁸⁵ RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 7. Arquivo Público da Bahia.

quando Presidente da Bahia em 1858, do seu lugar de inspetor em ambos os rios Belmonte e Pardo” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 121).

Dessa forma, é possível perceber que o domínio das autoridades sobre as regiões de fronteiras possuía vários limites tanto pela natureza – os rios – quanto pela política indígena constituída no enfrentamento diário ao projeto de colonização imperial. Diante desse cenário, os índios aparecem enquanto possibilidade de se tornarem mão de obra e contribuírem no povoamento local, ao passo que também foram vistos como uma constante ameaça ao projeto de abertura e civilização dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, daí a necessidade de vigiá-los com quartéis e colônias militares.

Os povos indígenas iam se constituindo dentro desse quadro enquanto integrantes de uma disputa local. Por esse motivo, ter acesso aos rios e às suas matas estava conectado ao controle dos grupos e seus territórios, uma vez que eram os indígenas seus habitantes originários. A criação das Companhias de Navegação dispunha da finalidade de mediar o contato e abrir o caminho para a espoliação do patrimônio indígena. A relação navegação/povoamento foi estruturada a partir da violência generalizada contra esses povos, produzindo um cenário de extermínio difícil de ser superado. Entretanto, a política indígena se moldava conforme a necessidade de enfrentamento dos grupos. Muitas vezes, tratava-se de uma ação cotidiana, construída no dia a dia, presente na insistência em navegar os rios, cada vez mais policiados, ou no cultivo de roças ao redor dos quartéis, no trânsito entre a vida de aldeado e a de brávio, no comércio de objetos com significado para a cultura do grupo, nos assentamentos e nas constantes mobilidades do sertão para o mar, mas também esteve presente no combate direto, nas táticas de guerra, roubos, destruição e assassinatos.

Referências

Documentos

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Disponível em: http://www.obrabonifacio.com.br/principais_obras/ Acesso em: 7 mar. 2020.

ATA de Instalação da Companhia do Mucuri para a navegação e comércio do rio do mesmo nome. Lei nº. 332 de 03 de abril de 1847. Arquivo Público Mineiro.

BRASIL. Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126> Acesso em: 5 maio 2020.

COMISSÃO de Medição dos Aldeamentos dos Índios. *Seção de Arquivos Colonial e Provincial*. Governo da Província. Série: Agricultura (1856 – 1864), n. 4612. Bahia, 15 de setembro de 1856.

COMISSÃO de Medição dos Aldeamentos dos Índios. *Seção de Arquivos Colonial e Provincial*. Governo da Província. Série: Agricultura (1856 – 1864), n. 4612. Bahia, 15 de setembro de 1856;

CONDIÇÕES para a incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucury. Teophilo Benedicto Ottoni e Honório Benedicto Ottoni, p. 8. In: ARAUJO, Valdeir Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

CORREIO Oficial de Minas Gerais. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial. Segunda-feira 19 de julho*. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 26 de maio de 1858. Arquivo Público Mineiro.

CORREIO Oficial de Minas Gerais. Número 160 de 1858. *Tipografia provincial. Segunda-feira 30 de Setembro*. Arquivo Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 1858. Arquivo Público Mineiro.

DIRETORIA Geral dos Índios. Relatório, p. 1. In: FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, casa n. 10, 1852.

FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1848 pelo Presidente da Província de Minas Gerais: Bernardino José de Queiroga. Ouro Preto: Tipografia Social, 1848. Arquivo Público Mineiro.

FALA recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província o doutor João Maurício Wanderley em 1 de março de 1855. Bahia. Tipografia de A. Olavo França Guerra e Comp. Rua do pão-de-ló, 1855.

FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, na abertura da Sessão Ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província Francisco de Sousa Soares D'Andrea. Bahia, Tipografia de Galdino José Bezerra e Companhia, Beco do Tira Chapéu, 1846.

FALA que recitou o exm^o presidente da província da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província no 1^o de março de 1853, 1854 e 1855. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira. Navegação dos Rios Pardo e Jequitinhonha. Arquivo Público da Bahia.

FALA que recitou o presidente da província da Bahia o desembargador João José de Moura Magalhães na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848. Bahia, Tipografia de João Alves Portela, Rua da oração, casa n. 8, 1848. Colonização.

FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no

dia 01 de Março de 1852 e 1853. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, Casa n. 10, 1852. Viagem às comarcas do Sul. Catequese e Civilização Indígena.

FALA que recitou o presidente da Província da Bahia, o desembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no dia 01 de Março de 1852. Bahia, Tipografia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, Rua do Tijolo, casa n. 10, 1852.

FALA recitada na abertura da assembleia legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Mauricio Wanderley no 1º de março de 1854. Bahia, tipografia de Antonio Olavo da França guerra e companhia rua do tira Chapéu, casa n. 3. 1854. Comissão dos rios Pardo e Jequitinhonha. Arquivo Público da Bahia.

FALA recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o doutor João Mauricio Wanderley, no 1. de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855. Catequese e Civilização dos Índios. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/118/index.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

NAVEGAÇÃO do Rio Jequitinhonha. Presidência da Província, PP1/45, cx. 01. Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, 25 de fevereiro de 1852. APMG. Secretaria da Província.

NAVEGAÇÃO do Rio Jequitinhonha. Presidência da Província, PP1/45, doc. n. 51, cx. 01. Ofício encaminhado pela Presidência da Província para as Câmaras Municipais de Minas Novas, São Miguel, Calhau, Arassuahí, São Domingos e Salto em 15 de março de 1853. APMG. Secretaria da Província. Arquivo Público Mineiro.

NAVEGAÇÃO do Rio Jequitinhonha. Secretaria da Província, PP 1/45, doc. 02 e 03, cx. 01, fl. 01, 24 de junho de 1844. Demonstração. Arquivo Público de Minas Gerais.

OFÍCIO ao Presidente da Província de Minas Gerais encaminhado por Francisco Inocêncio de Miranda Ribeiro. Secretaria da Província, PP1/45, cx. 01, fl 01, 24 de junho de 1844. Minas Novas.

OFÍCIO do Diretor Geral dos Índios Casimiro de Sena Madureira para o Presidente da Província João Luis Vieira Cansanção de Sinimbu em 3 de maio de 1852. Arquivo Público da Bahia.

OFÍCIO encaminhado ao Presidente da Província de Minas Gerais o Sr. Luis Antônio Barbosa por Teophilo Benedicto Ottoni, em 25 de fevereiro de 1852. Arquivo Público Mineiro.

OFÍCIO encaminhado ao Presidente e demais vereadores da Câmara municipal de Vila de São José de Porto Alegre por Theophilo Benedicto Ottoni em 22 de Setembro de 1847. Documento n. 07, p 39-41. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível.* Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

OFÍCIO encaminhado ao vice presidente da província da Bahia pelo Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Sena Madureira, 21 de julho de 1854. Maço 4611, fl. 36.

OTTONI, família. Acervo não catalogado. Caixa única. *Carta confidencial de Theofilo Benedicto Ottoni ao Marques de Olinda sobre a navegação do Jequitinhonha, 30 de setembro de 1858*. Arquivo Público Mineiro.

OTTONI, família. Acervo não catalogado. *Documento sobre Leonardo Esteves Ottoni*. Arquivo Público Mineiro.

RELATÓRIO apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury por Theophilo Benedicto Ottoni em 15 de Outubro de 1857. Documento n. 12. Selvagens. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

RELATÓRIO *do major de engenheiros Inocêncio Veloso pederneiras em janeiro de 1854*. Arquivo Público da Bahia.

RELATÓRIO *que a Assembleia Provincial da província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província*. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1853. Navegação do Rio Jequitinhonha. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/457/index.html> Acesso em: 19 maio 2019

RELATÓRIO *sobre o Policiamento dos rios Pardo e Jequitinhonha*, p. 2. Arquivo Público da Bahia.

RENAULT, Pedro Victor. Relatório da exposição dos Rios Mucury e Todos os Santos, feita por ordem do Exm. governo de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo. *Revista Trimensal de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, n. 2, p. 356-375, 1867. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/reinault_1846_relatorio. Acesso: 20 de maio de 2020

SECRETARIA DA PROVÍNCIA SP. Documentos relativos à Companhia do Mucuri. *Ofício encaminhado por Teófilo Benedicto Ottoni ao Presidente da Província de Minas Gerais em 25 de fevereiro de 1852*. Arquivo Público Mineiro.

Bibliografia

ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte. Governo de Minas: Secretaria de Estado de Cultura: Arquivo Público Mineiro, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. 2016. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

MENDES, Fabio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. *História Unisinos*, v. 24, n. 3, p. 390-404, set./dez. 2020.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. No centro das matas: as colônias militares e os embates dos anos 1850. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). *Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. v. 1, p. 111-137.

OTTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kurukas no mercado colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 47, n. 1, p. 79-95, jan./jun. 2011.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Salvador: EDUFBA, 2014.

RAMALHO, Juliana Pereira. *Minas Novas: um projeto de província nos Sertões - povoamento e concentração fundiária na Freguesia de São Pedro do Fanado (1834-1857)*. 2018. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto 2018.

SILVA, Weder Ferreira da. Empreendimentos comerciais e a “questão indígena” nos sertões de Minas Gerais (1847-1860). *Em Tempo de Histórias: Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS*, Brasília, DF, n. 18, p. 65-68. jan./jul. 2011.